

Pormenor de um mapa da cidade de Nagasáqui do século XVII com a ilha artificial de Dejima. Pintura sobre rolo de papel, Biblioteca de Nagasáqui.



Um Naufrágio Oportuno

O Caso do Barco Japonês nas Costas de Macau em 1685

ANABELA NUNES MONTEIRO*



Em 1640, os portugueses, comerciantes e missionários, foram expulsos de forma particularmente violenta do Japão. As atrocidades praticadas sobre os membros da embaixada que, num último acto diplomático, tentaram reerguer o lucrativo comércio com o Japão, grande produtor de prata e consumidor insaciável da seda chinesa, constituíram mensagens claras quanto ao futuro de mercadores lusos e missionários que rumassem a terras nipónicas. Quando os sobreviventes aportaram a Macau, a comunidade mercantil da cidade teve consciência clara que algo iria mudar no seu quotidiano. O núcleo que se dedicava ao comércio e que fazia desta actividade a principal razão de existência do porto português no mar da China cessou de imediato os contactos com o arquipélago nipónico, receando represálias sobre possíveis mercadores enviados.

Contudo, sete anos volvidos sobre a fatídica data, Macau enviou uma missão chefiada por Siqueira de Sousa¹, pai do jovem Pêro Vaz de Siqueira que iria ter um papel de destaque nas agruras da segunda metade do século XVII, com o objectivo de restabelecer as relações comerciais entre os dois portos. O resultado

saldou-se por um fracasso, pois não surtiu qualquer efeito em termos de apaziguamento da fúria nipónica nem em relação aos portugueses nem, principalmente, em relação ao Cristianismo, responsabilizado pelos levantamentos populares e conflitos político-sociais que tinham lugar no Japão.

Manteve-se durante várias décadas este corte das ligações comerciais e religiosas, com grande prejuízo para o trato de Macau cuja elite mercantil redefinía, constantemente, rotas e estratégias de sobrevivência na medida em que na cidade se faziam sentir de forma acutilante os acontecimentos político-militares que tinham lugar um pouco por toda a China.

Entre estes acontecimentos, que serviam para limitar cada vez mais a vida da comunidade lusa ali radicada, contou-se a proibição de comerciar decretada pelo imperador Kangxi em consequência da ameaça pirata levada a cabo por Coxinga. A aplicação deste decreto, datado de 1661, que exigia o recuo para o interior, em quatro léguas, de todas as vilas e cidades das cinco províncias do Sul da China estendeu-se a Macau no ano seguinte. A ordem foi cuidadosamente analisada pelos membros da comunidade macaense que decidiram pela continuidade do estabelecimento visto que, sem a proximidade do mar para efectuar o comércio um pouco por todo o Sudeste Asiático, não fazia qualquer tipo de sentido a continuação da presença portuguesa em Macau. A decisão não foi fácil e as consequências que se prolongaram por dezoito anos levaram à decadência do estabelecimento outrora rico e próspero.

* Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Macau. Prepara actualmente uma dissertação de doutoramento sobre a presença portuguesa no mar do Sul da China no século XVII.

Graduate in History from the University of Coimbra, M.A. in Portuguese Studies from the University of Macao, preparing a Ph.D. on the Portuguese in the South China Sea in the 17th Century.

SOCIEDADE MACAENSE

Quando, em 1680, por diversos factores, se reabriu o comércio, factores esses como o resultado da embaixada de Bento Pereira de Faria (1678), a influência dos padres jesuítas na corte de Pequim ou até a simples necessidade do trato para as comunidades do Sul da China, ultrapassada que estava a ameaça Coxinga, os portugueses constataram no terreno o que, aliás, já sabiam: os Holandeses e as comunidades mercantis da zona tinham ocupado o seu lugar nas antigas vias marítimo-comerciais por si frequentadas. E mais, que esses elementos possuíam infra-estruturas, como barcos e mercadorias, em quantidade suficiente para não se preocuparem com a possível concorrência a ser levada a cabo pelos portugueses.

Desta forma, havia a necessidade de reabilitar toda uma situação comercial que garantisse o antigo brilho e riqueza de Macau. Essa reabilitação teria, forçosamente, que passar por atitudes e decisões da elite macaense, pois o socorro ou até apoio prático dado pela corte portuguesa, sediada em Goa, estava cada vez mais longínquo. O vice-reinado de Goa tinha a convicção firme de que o estabelecimento e os seus habitantes constituíam mais uma fonte de problemas, com lamúrias constantes e atitudes incompreensíveis aos seus olhos, do que uma fonte de proveito para o império marítimo português.

E foi neste contexto que um barco japonês, carregado com tabaco, naufragou nas costas marítimas de Macau. O acontecimento teve lugar em 1685, encontrando-se relatado num manuscrito de Juan Arnedo² e em documentos do Leal Senado. O manuscrito, relativamente extenso, relata com grande riqueza de pormenores o aproveitamento político feito pela comunidade lusa de Macau, no sentido de conseguir o restauro da linha mercantil com o Japão.

De acordo com o autor do documento, o primeiro missionário que tentou atingir o Japão após os trágicos acontecimentos de 1640 foi Antoine Thomas³. O jesuíta belga chegou à Índia em 1680 e querendo atingir o Japão através de Batávia partiu, disfarçado, para Cochim para ser transportado em navios holandeses que faziam o percurso. Aliás, estes europeus tinham substituído os portugueses no trato com o Japão, pois, sendo protestantes de religião, não se sentiam obrigados a evangelizar outros povos, facto que descansava as autoridades nipónicas quanto à influência de outras religiões sobre a cultura e autoridade política locais.

Sem grande sorte no seu propósito, o Pe. Thomas acabou por ser descoberto pelos concorrentes do comércio português, que o forçaram a regressar a Goa. Persistente em alcançar o seu objectivo, partiu para Macau, mas quando aportou ao Sião serviu-se, de forma inteligente e oportunista, de umas cartas passadas por António Paes de Sande (1678-1681), membro do 6.º Conselho Governativo da Índia, com responsabilidades de governador, para, junto das autoridades do Camboja, ser tomado como piloto de um junco chinês que se dirigia ao Japão. Segundo o Pe. Arnedo, a situação não podia ser melhor: os tripulantes do junco chinês encontravam-se sem piloto e já tinham realizado diligências no sentido de encontrarem um estrangeiro. Mais uma vez o jesuíta teve azar nos seus propósitos. Apanhado pelos piratas, que tomaram conta dos portos dessa região, foi obrigado a deslocar-se para Macau, onde permaneceu entre 1682 e 1685, esperando encontrar nesta cidade a última hipótese para os seus desejos.

Nessa mesma época, era igualmente desejo do vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, conde de Alvor (1681-1686), que fosse enviada uma embaixada ao imperador japonês da parte do rei português D. Pedro⁴. Nesse sentido foi enviada uma missiva para o Senado e para o capitão-geral da cidade, pois, de acordo com o seu conteúdo, era grande a vontade do monarca português em reatar os laços comerciais e de amizade com os japoneses, deixando de lado as ambições evangélicas, responsáveis pelo desenlace de 1640.

A carta chegou a Macau em Agosto de 1683 e o capitão-geral ainda tentou, segundo o autor do manuscrito, que fosse o próprio Pe. Thomas a levá-la, mas tal não foi possível. Todos os esforços foram, então, canalizados no sentido de serem os chineses a levar a referida missiva, tendo a proposta sido recusada terminantemente. Estes temiam dois aspectos: o primeiro era provocar uma atitude de irritação por parte dos japoneses. Ainda se encontrava viva a memória da forma como a embaixada portuguesa na década de 40 tinha sido tratada. O segundo aspecto era estar a permitir-se que um futuro concorrente comercial, caso fosse restabelecido o trato entre Macau e o Japão, estivesse a entrar na sua esfera de acção, situação que lhes poderia ser prejudicial.

Perante o impasse, foi proposto a Goa que se realizasse a tal embaixada. Tal decisão justificava-se amplamente face à situação absolutamente miserável

MACANESE SOCIETY

em que se encontrava a cidade. Os argumentos utilizados por Macau para se realizar o intento eram que já haviam passado décadas desde o desastre da outra embaixada e, portanto, a fúria japonesa estaria mais calma, como também os holandeses já não faziam uma pressão político-militar⁵ tão forte em relação a Macau. Infelizmente, uma vez mais não foi possível concretizar o intento de atingir terras nipónicas, pois a resposta que receberam do vice-rei, quando solicitaram a embaixada “quase” prometida, foi a de que tentassem entregar a carta mas, quanto a embaixadas, tão depressa não seria possível, devido à situação que os portugueses na Índia estavam a viver.

Sem haver grande hipótese de fazer a missiva oficial chegar ao seu destino, a elite macaense ficou num impasse, sem saber muito bem como agir. Neste contexto, no dia 10 de Março de 1685, quase dois anos depois de Macau ter recebido a missiva de Goa e do Pe. Thomas ter feito a sua entrada na cidade, no 8.º dia da novena de S. Francisco Xavier, deu às costas

de Macau, na ponta da Macareira⁶, uma embarcação japonesa com doze tripulantes a bordo, para ali desviada por um temporal. A embarcação, aparentemente, tinha feito um largo percurso sem avistar terra ou até encalhar, facto estranho dada a quantidade de ilhas e ilhotas no mar que rodeiam o estabelecimento português⁷.

De imediato os moradores de Macau viram neste acontecimento, de facto muito raro, uma excelente oportunidade para conseguirem os seus intentos político-comerciais. Dada a coincidência entre a necessidade de enviar a missiva que serviria de primeiro contacto e a chegada intempestiva dos naufragos, a comunidade atribuiu o seu aparecimento a um milagre dos Mártires do Japão.

Sebastião Vargas de Lima, procurador de Macau⁸, o seu irmão, Pe. João de Abreu Lima, e Frutuoso Gomes Leite⁹, dirigiram-se ao navio acidentado e verificaram que, apesar de relativamente grande, apenas tinha a bordo quarenta a sessenta fardos de tabaco, não trazendo armas. Dez japoneses

A nau do trato. Pormenor de biombo *namban*.



SOCIEDADE MACAENSE



MACANESE SOCIETY



sobreviventes foram levados para a cidade, ficando dois de guarda ao navio, a fim de evitar o assalto por piratas ou, simplesmente, chineses que tivessem sido atraídos por um navio estranho em Macau. Dado o propósito luso, os tripulantes japoneses foram bem tratados pelas autoridades. O primeiro contacto foi no Senado, pelas oito horas da noite¹⁰, onde se defrontaram com a barreira linguística para estabelecer uma conversa elucidativa da situação em que se encontravam os náufragos bem como do que se passava no arquipélago nipónico, informações muito úteis para clarificar medidas a tomar para uma possível deslocação a tal território. De acordo com o documento em análise já havia decorrido demasiado tempo desde o corte de relações para haver gente a falar japonês em Macau.

O relato de Juan Arnedo constitui um testemunho histórico mas, apesar do corte oficial das relações entre as duas comunidades, portuguesa e japonesa, levanta-se a dúvida se teria sido realmente assim, se de facto teria havido um total afastamento. Mesmo durante a época da proibição do comércio, não seria estranho que mercadores japoneses, por iniciativa particular, demandassem à península de Macau para realizar o trato, pois os portugueses continuaram durante esse período a ter acesso a Cantão. O problema não era arrecadarem mercadorias das feiras nesta cidade, mas sim o seu escoamento e troca por outros produtos disponíveis em várias rotas pelo mar da China.

Segundo Arnedo, residia em Macau uma mulher japonesa idosa. Apesar de já muito esquecida da sua língua materna, serviu de intérprete, conseguindo a identificação dos tripulantes, origem da viagem (Ixe), pormenores relativos à sua vida de marinheiros, ser o carregamento constituído por tabaco e terem por destino Nagasáqui. Devido à violência da tempestade, parte da carga fora atirada ao mar, tendo sido vítimas de forte nevoeiro durante cinco dias.

Nessa mesma noite, foram os oficiais do Leal Senado dar conhecimento de toda a situação ao capitão-geral, Belchior Amaral de Menezes. O alcaide, Manuel da Silva¹¹, o tabelião, Manoel Pereira Alpedrinha, quatro soldados do presídio e oito japoneses foram buscar o navio, que corria sérios riscos de ser apresado pelos chineses. Com efeito, quando lá chegaram, já muitos estavam a bordo, tendo sido necessário o uso de certa

Barcos holandeses junto a Dejima. Pormenor de um mapa da cidade de Nagasáqui do século XVII. Pintura sobre rolo de papel, Biblioteca de Nagasáqui.

SOCIEDADE MACAENSE

diplomacia para não perder o controlo da situação. O alcaide explicou-lhes que eram japoneses, que tinham vindo saber dos portugueses e que, em breve, a cidade iria mandar para a zona onde estava a embarcação japonesa três navios com setenta homens¹². Os chineses acabaram por se afastar sem mais problemas.

Os naufragos ficaram alojados em casas tendo, inclusivamente, ido comer ao Colégio dos Jesuítas, para além de lhes terem sido dadas roupas. Depois da tragédia de 1640, era este o primeiro contacto com japoneses. A oportunidade tornara-se boa demais para ser desperdiçada!

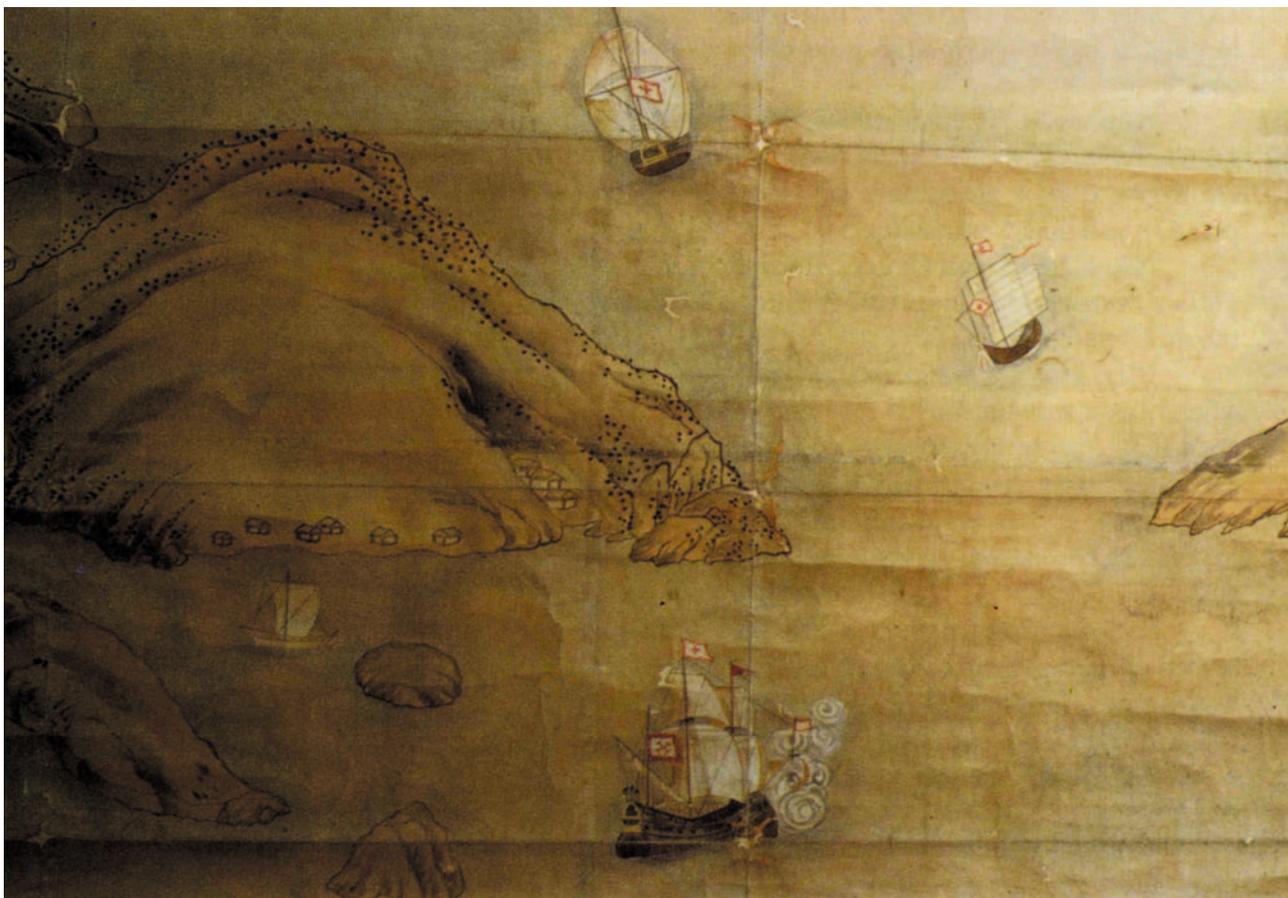
A intervenção das autoridades chinesas, sempre atentas ao que se passava em Macau, não se fez esperar: vistoriaram o navio, na tentativa de encontrar alguma coisa suspeita e verificaram a autenticidade do que lhes tinham dito os oficiais de Macau.

A 4 de Abril fez-se uma reunião de oficiais do Senado, alargada com a presença do capitão-mor,

do governador do bispado, D. António de Moraes Sarmento, e de homens-bons da comunidade. O tema em discussão passava simplesmente pelo reatamento das relações com o arquipélago nipónico e, para tal, tornava-se evidente a entrega pessoal dos doze marinheiros japoneses. Pela sua importância, a decisão ficou registada no Livro dos Assentos dos Conselhos dos Homens-Bons. A viagem seria realizada a coberto de um interesse puramente humanitário, não levando armas a bordo ou produtos para comerciar¹³. Um dos aspectos interessantes é a referência expressa de apenas Manuel de Aguiar Pereira¹⁴ se ter oferecido para levar a bom termo esta missão¹⁵. Tal facto mostra o temor de levar a cabo a empresa pelos riscos em que podiam incorrer em voltar ao Japão.

Um outro aspecto a ser discutido respeitava aos custos da viagem e a sua análise teve lugar em reunião específica, no dia 7 do mesmo mês. O Pe. Fellipe Fiesqui, procurador da província da China e do Japão,

Pintura sobre papel do século XVI, representando a primitiva cidade cristã, após a fundação de Nagasáqui.



por carta disponibilizou um navio que seria propriedade sua, juntamente com o embaixador Pêro Vaz de Siqueira¹⁶, José Pinheiro de Faria e Bernardo da Silva. A oferta era generosa na medida em que escasseavam os navios em Macau e era real o risco de perderem a embarcação.

O Pe. Juan Arnedo faz uma interessante referência¹⁷: diz que, confrontados com a falta de embarcação para realizar a viagem e havendo apenas no porto a fragata de Pêro Vaz de Siqueira, já pronta para partir para Manila e não querendo a cidade desistir dessa viagem pelos prejuízos económicos que acarretaria para uma comunidade já tão depauperada, decidiu-se “confiscar” um navio holandês, propriedade de um chinês, que se encontrava nas águas de Macau. A ideia era fazê-lo entrar no porto e obrigar o proprietário a vendê-lo, com a acusação de ter a bordo três escravos da cidade, que pretendia negociar em Manila. A suspeita seria mais do suficiente para justificar a intervenção das autoridades portuguesas junto da referida embarcação. A esta atitude da elite, o mandarinato de Cantão reagiu duramente, ordenando aos mercadores não residentes o seu regresso imediato com as suas “fazendas”, fechando as Portas do Cerco.

Apesar deste episódio só estar relatado no referido manuscrito, o grande cuidado a tomar era, sem dúvida, com as autoridades chinesas. A desconfiança continuava e as conversações com estas prolongaram-se até 24 de Maio, tendo sido a posição portuguesa sempre a mesma: ajudar os japoneses a regressar a casa sem outro tipo de interesses materiais pelo meio. O tempo ia passando e a suspeita e receio que os chineses e holandeses pudessem fazer algo contrário aos propósitos de Macau e, por conseguinte, de Portugal, levaram o Leal Senado a pedir a Pêro Vaz de Siqueira o empréstimo da fragata *S. Paulo*.

O embaixador aceitou o pedido, fazendo ver que a viagem seria feita à custa da sua “fazenda”, sendo o seu principal objectivo servir o rei de Portugal. No entanto, fazia questão de que se realizasse antes de 14 de Julho, porque, após esta data, a mudança de tempo poderia pôr em risco a sua embarcação. A decisão foi comunicada ao padre procurador da província da China e do Japão e foram mandados a Cantão oficiais da Câmara para solicitar uma autorização de navegação, consoante as novas directrizes recebidas das autoridades chinesas¹⁸.

O navio dos japoneses foi desmontado e arrecadado a bordo da fragata. A necessidade de cuidar das famílias

dos que iam embarcar e o montante a entregar a Manuel Pereira de Aguiar continuavam a ser uma preocupação, principalmente porque o Senado, ou seja, o “commum”¹⁹, não tinha dinheiro. Foram entregues ao chefe da expedição 200 pardaus²⁰, mas o sustento das famílias tinha de sair das despesas ordinárias da cidade e estas já estavam mais do que sobrecarregadas pelos encargos a que a cidade estava obrigada.

A alternativa para satisfazer as preocupações que iam surgindo passou pelo envio de missivas aos principais moradores de Macau solicitando-lhes que subscrevessem a despesa. Escritas pelo escrivão da Câmara, Francisco Fragoso, as cartas foram assinadas pelo vereador Constantino Alvares da Paz. A atitude não era original em Macau, pois já anteriormente, quando se pensou em realizar a embaixada de Bento Pereira de Faria a Pequim em 1670, igualmente foram redigidas cartas solicitando o apoio dos moradores, apoio esse que foi específico de pessoa para pessoa, de acordo com as suas posses e disponibilidades.

Aparentemente, o texto da missiva foi igual para todos à excepção de Bernardo da Silva e Frutuoso Gomes Leite, em virtude terem sido estes, logo de início, juntamente com o embaixador Pêro Vaz de Siqueira e o padre procurador da província da China e do Japão, a disponibilizar um navio. A carta para estes foi assinada por todos os vereadores, tendo contribuído o primeiro com 110 pardaus, o segundo com 150, com a promessa que, se fosse possível, a sua oferta seria reforçada. Resposta solidária foi, sem dúvida, a do ouvidor Francisco Gomes Botelho que, em carta datada de 4 de Junho, se oferecia para participar na missão, caso faltassem homens para a executar²¹. A resposta da Câmara não se fez esperar, recusando a oferta e justificando que a sua tarefa era julgar casos relativos à justiça, estando o povo satisfeito com a sua competência.

Segundo se deduz dos documentos, as pessoas contactadas responderam com prontidão à solicitação. Podemos referir alguns casos: Manuel Jorge de Medeiros com 20 *coronas* [sic]; José de Lisboa e Almeida, com 30 patacas; José Gomes com 30 *coronas*; Luís de Araújo de Barros e Sebastião de Vargas Lima²² com 50 pardaus;



SOCIEDADE MACAENSE

Luís Vieira, com 50 pardaús; Vicente de Moura e Bastos, assim como José Vieira da Silva e João Garcia de Luares²³ com 100 patacas; Francisco Nunes de Carvalho com 40 pardaús.

O Pe. José Sonier, visitador das províncias da China e do Japão, escreveu uma carta a 7 de Junho dizendo ser importante levar um padre a bordo²⁴. O assunto foi ponderado, pois se os japoneses descobrissem que um dos elementos embarcados era clérigo haveria a probabilidade muito séria de pôr em risco a missão. Tal tinha que ser evitado, pois a justificação para o retorno ao Japão passado tantos anos era de natureza humanitária. Mais uma vez se verifica o *modus operandi* que já tinha aparecido na embaixada de Saldanha (1668-1670), entre o grupo político-social dirigente de Macau. Para o objectivo que pretendiam alcançar iriam recorrer a um “disfarce” diplomático. Tanto em 1668/70 como agora o empenhamento material e psicológico foram significativos.

O projecto, apesar de toda a ansiedade e voluntarismo da comunidade lusa, ia-se atrasando, devido à falta da tal autorização por parte do mandarinato. O atraso agravava a saída, porque o regime dos ventos estava a mudar e a hipótese do barco soçobrar em consequência do aparecimento de um tufão era uma realidade. A carta enviada pelo Senado a Manuel de Aguiar Pereira dizia que devia embarcar a 12 de Junho, sem ligar aos eventuais protestos do embaixador, dono da embarcação, protestos fundamentados na época já tardia para executar a viagem em virtude do regime de tempo em geral e dos ventos em particular desaconselharem o trajecto. Devido ao regime de monções tornava-se um perigo para a navegação a não observância desses factores, pois eventualmente poderia acarretar um naufrágio. Portanto, havia que zarpar o mais depressa possível para não agravar ainda mais a situação.

Concomitantemente ao que se passava no Sul do país, o imperador Kangxi teve conhecimento da presença em Macau do Pe. Antoine Thomas, um profundo conhecedor de Matemática. O seu desejo de que este sacerdote se deslocasse para a corte imperial foi comunicado ao Pe. Filippo Grimaldi, outro jesuíta de grande prestígio e da sua confiança e amizade, justificando a sua preocupação pela idade já avançada de Ferdinand Verbiest. O Pe. Grimaldi, ao passar por Cantão, teve conhecimento do objectivo da comunidade lusa e imediatamente ameaçou o mandarinato em informar o imperador do atraso verificado relativo à

autorização. Os chineses, sabendo do apreço que Kangxi tinha por aquele homem, acederam de imediato, atitude justificada também pelo facto do vice-rei de Cantão ter um filho a residir na corte imperial e não querer de maneira nenhuma incorrer na fúria do imperador.

O Pe. Grimaldi chegou a Macau acompanhado de um séquito de mais de 150 pessoas. A meia légua da cidade, foram recebidos pelo Senado e pelo Pe. Antoine Thomas, dirigindo-se em seguida para a igreja jesuíta, onde Grimaldi orou de joelhos, tendo sido imitado nos seus movimentos pelos mandarins. Foi na casa dos jesuítas que foi feito o convite ao Pe. Thomas, tendo sido referida a grande estima que o imperador tinha pelas gentes de Macau. No contexto dos acontecimentos, aparentemente tudo se conjugava para um desenlace feliz quanto aos propósitos lusos.

Com tudo preparado, faltava a redacção da missiva para o governador de Nagasáqui, explicando o propósito humanitário do regresso luso às costas nipónicas. A carta foi redigida pelo Leal Senado a 10 de Junho. Igualmente se explicava ter sido o barco desmontado para ser devolvido. A prata, resultante da venda dos fardos de tabaco que transportavam, aquando da sua chegada ao território seria entregue no Japão²⁵.

O comandante português levava instruções para entregar a carta em português e uma cópia em chinês aos japoneses, evitando variações nas respostas às perguntas que, eventualmente, os nipónicos fizessem. O piloto João Baptista Pereira e os tripulantes do barco pediram que, em caso de morte, a cidade acarretasse com as despesas das suas famílias até que os filhos e as mulheres “tomassem estado”²⁶, ou seja, ficassem economicamente bem (ou através de outro casamento ou depois dos filhos crescerem e terem ocupações remuneradas). Embarcaram, ainda, seis soldados do presídio, a quem fizeram o pagamento adiantado de seis meses de salário (dezoito pardaús a cada um, mais dez pardaús de ajudas de custo)²⁷.

Nessa fase dos acontecimentos, a comunidade macaense reagiu de forma profundamente religiosa a começar com os oficiais da Câmara e homens-bons a acompanharem Manuel de Aguiar Pereira numa prece na Igreja de Santo António e a bordo do navio. Entregou depois um retábulo com a imagem de S. Francisco

Pormenor de biombo *namban* atribuído a Kano Naizen, século xvii.



SOCIEDADE MACAENSE

Xavier, um relicário com uma relíquia do mesmo santo ao capitão e uma cruz vinda de Roma ao piloto, João Baptista Pereira.

O barco largou a 13 de Junho “das 10 horas para as 11 horas”²⁸, na presença de um mandarim para “dar o despacho” e também de Pêro Vaz de Siqueira, que “abandonou a festa de Santo António realizada a expensas suas”.

Quem eram estes homens que embarcaram nessa aventura de risco e incerteza?²⁹

Para além do comandante da expedição, iam

- o piloto João Baptista Pereira, de Setúbal, casado com Ana Pinheira;
- Manuel Rodrigues que aceitou embarcar sem receber vencimento³⁰;
- Vicente Franco, solteiro, natural de Peniche;
- Nicolau Gomes, nascido e morador em Macau.
- Pedro Vaz da Fonseca, natural do Crato;
- José de Aguiar Pereira, nascido e morador em Macau³¹;
- Duarte Ferreira, nascido e morador em Macau;
- Sebastião Jorge, nascido e morador em Macau;
- Domingos do Rosário, natural de Goa, casado com Sebastiana Cardoso.

Numa primeira abordagem à esta lista parece evidente a existência de reinóis a par de gente macaense. No final do século XVII já não era vulgar a presença dos primeiros, pela falta de interesse comercial da cidade para os aventureiros portugueses se fixarem na cidade. A partir de 1661, data do referido decreto de proibição do comércio, muitos dos elementos da comunidade de Macau tinham partido para outras paragens mais lucrativas. Mesmo alguns membros destacados da comunidade preferiram essa opção. Foi o caso de Bento Pereira de Faria que, em 1683, recebeu uma missiva do vice-rei de Goa negando-lhe o pedido de autorização para abandonar a cidade e ir residir em S. Tomé de Meliapor com a sua família. O governante alegava que a cidade precisava de elementos como Faria para continuidade lusa no Sul da China.

No documento, estes nomes aparecem destacados dos que se seguem, o que poderá ser interpretado como sendo figuras importantes na cidade. Em seguida, aparecem outros membros da tripulação, com a referência à família e local onde viviam³²:

- Manuel de Moura, solteiro, a sustentar os pais e uma irmã, morador no chalé de André Norete;

- José do Pradro, viúvo, a sustentar família, a viver em casa de Manuel Nogueira, no campo de Bengala;
- Felício da Fonseca, casado com Catarina Rodrigues, morador no chalé de André Norete;
- António Rodrigues, casado com Apolónia França, morador no chalé de Manuel Dias;
- Amaro dos Remédios, casado com Josefa Machado, morador no Bazar grande, no chalé de João Garcia;
- Salvador Rodrigues, casado, morador no chalé de Nicolau Ribeiro;
- Félix Marques, nascido em Macau³³;
- Francisco Peres, casado, morador no chalé dos Tarrafeiros;
- Constantino da Fonseca, casado, morador no chalé dos padres da Companhia.
- Filipe da Silva, casado, morador no chalé de João Pinto;
- Pedro dos Ramos, casado, morador junto do Padre Vicente;
- Domingos de Vargas, solteiro, morador no chalé de mestre Anhi;
- Constâncio de Vargas, solteiro;
- Simão do Monte, casado em Negapatão³⁴;
- Francisco da Costa, casado com filhos;
- António Ferreira, casado, natural de Macau, vivia com a família em casa de Manuel Nogueira;
- António Gomes, casado, morador no chalé de Manuel de Aguiar;
- Mateus do Rosário, casado com 2 filhos, morador no chalé de Nicolau Ribeiro;
- Domingos Dias, casado, morador no chalé de Nicolau Ribeiro;
- João de São Francisco, solteiro, morador no chalé de António Lampreia;
- João de Sequeira, solteiro;
- Simão Teixeira, casado, morador no chalé de mestre Anhi;
- João Mendes, casado, morador no chalé dos Tarrafeiros;
- Rodrigo Carvalho, “filho da china: da obrigação de Manoel Rombo”.

Em seguida, aparecem designados por “mouros”, elementos que parecem ser escravos: quatro (entre cafres e timorenses) pertenceriam a Manuel de Aguiar Pereira, três seriam de João Baptista Pereira e dois de Vicente Franco (certamente muito jovens, já que

são designados por “cafrinhos”), outros dois seriam de Manuel Rodrigues e, por último, um de Nicolau Gomes. Estes “mouros” aparecem ligados aos elementos que integram a primeira parte da lista.

O último elemento referido é António da Rocha, jurubaça da cidade.

Apesar do documento referir que embarcaram 47 pessoas, aparecem identificadas apenas 46.

Após a partida da embarcação, o Senado escreveu cartas a várias personalidades, desde o capitão-geral até ao governador do bispado, António de Moraes Sarmiento, e a todas as Ordens religiosas existentes no território. Estas cartas constituem um testemunho do empenhamento psicológico da comunidade macaense no repatriamento dos japoneses ou, mais exactamente, no ressuscitar da antiga rota do trato da seda pela prata. Era fundamental para aquela gente e para a sua elite que a aventura tivesse êxito.

As citadas missivas foram assinadas pelo vereador José Pinheiro e nelas solicitava-se que orassem para o bom êxito do empreendimento. Numa outra carta³⁵, do mesmo dia e assinada pelo vereador Constantino Álvares da Paz, a Câmara solicitava que a novena de S. João Baptista tivesse carácter solene que pagaria os gastos ou despesas extra. As solicitações de natureza religiosa foram bem aceites pelas entidades eclesíásticas e melhor ainda pela população da cidade.

A 15 de Junho realizou-se a novena com a presença do capitão-geral, Belchior de Amaral de Menezes, o governador do bispado e todos os ilustres da cidade. Por todas as igrejas se realizaram missas, novenas e orações pelo sucesso da viagem. Todas as manifestações de fé indicam o grande desejo de recuperação do comércio do Japão, outrora tão lucrativo para os portugueses desta zona do mundo e que, na época, se encontrava decadente e sem grandes hipóteses de recuperação, dado o imperador Kangxi ter aberto os portos chineses ao comércio das outras nações. Macau não estava decisivamente em situação de competir, a não ser que, por acaso do destino, fosse bafejada por um golpe de sorte. Os moradores e mercadores da cidade viram na oportunidade oferecida pelo destino a hipótese de virem a recuperar substancialmente a seu poder económico. A esperança era tão forte que, em carta de 22 de Setembro desse ano, o Senado pediu ao governador do bispado que os sinos de todas as igrejas de Macau repicassem assim que a Fortaleza do Monte desse sinal, através de tiros de canhão, da chegada da fragata *S. Paulo*.

Após uma viagem sem incidentes, foram avistadas as ilhas do arquipélago japonês a 3 de Julho³⁶. Na cidade de Nagasáqui, um velho nipónico que, segundo Arnedo, sabia falar português deslocou-se ao navio para as primeiras interrogações sobre a presença do navio luso. Mais tarde, chegaram três homens que, sentados na coberta do navio, estabeleceram conversa com os portugueses³⁷. As principais perguntas foram sobre o que os tinha lá levado, que mercadorias traziam a bordo, quantos homens tinha o navio... A tudo isso, Manuel de Aguiar Pereira respondeu, contando a história do aparecimento dos japoneses e a decisão portuguesa de os repatriar com tudo o que fosse deles. Esta afirmação provocou um certo espanto, porque, segundo o japonês, ainda devia estar bem viva no espírito dos portugueses a forma como tinham sido tratados os membros da embaixada de 1640. A decisão portuguesa foi explicada como uma atitude de caridade para com os doze tripulantes japoneses.

No dia seguinte, 4 de Julho, tornaram a aparecer com a finalidade de irem buscar os compatriotas que estavam a bordo. A sua atitude cautelosa ficou patente quando exigiram que os náufragos se despiassem da cintura para cima para serem observados e se excluir a hipótese de transportarem símbolos da religião cristã, proibida no Japão³⁸. Os portugueses foram informados que havia o hábito de retirar aos navios estrangeiros que chegavam, nomeadamente holandeses, toda a pólvora, velas, armas e até o leme. Tudo isto seria fielmente posto a bordo quando a embarcação estivesse prestes a partir. Sem outra alternativa que não levantasse suspeitas ou má vontade, os portugueses acederam. Tinham bem a noção que estavam nas mãos dos japoneses, tendo por isso que respeitar as regras que estavam a ser impostas.

No dia 5 de Julho voltaram e, dessa vez, as perguntas foram sobre Macau. Interessava-lhes saber com que países Macau mantinha comércio, a que distância estava a cidade, bem como Goa e Lisboa, do Japão e como tinha sido possível comunicar com os sobreviventes se havia tantos anos que os portugueses tinham perdido o contacto com os japoneses.

A 6 de Julho as perguntas incidiram sobre Portugal, as relações que mantinha com os países que visitavam o Japão, o tipo de produtos que comerciava, assim como a identificação do rei português. Nesta reunião pediram que retirassem da vista todas as imagens religiosas bem como as cruzes que traziam

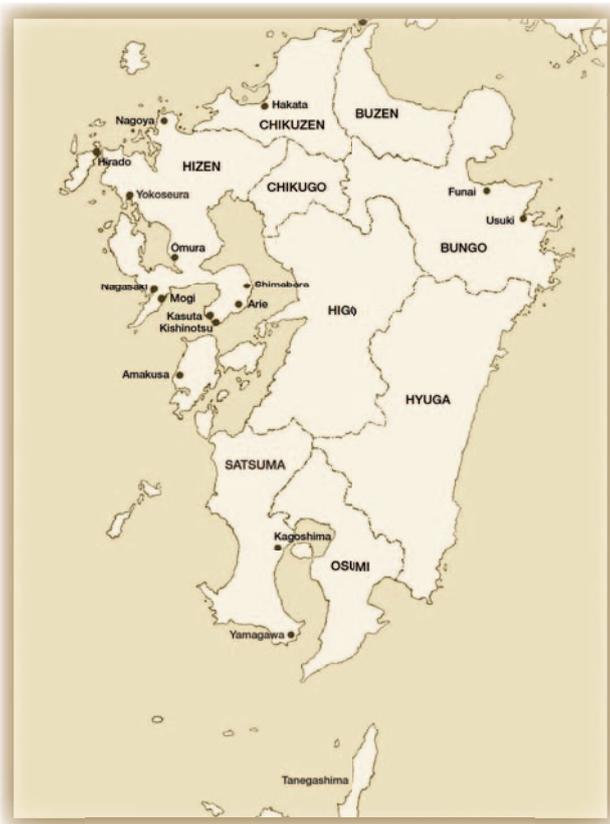
SOCIEDADE MACAENSE

ao pescoço. Apesar de lhes ter sido explicado que esses crucifixos significavam que eram cristãos, os japoneses mostraram-se determinados “por evitar a su gente algum escandalo”³⁹.

Um outro assunto abordado foi o de as bandeiras hasteadas terem uma cruz, sendo estas objecto de desagrado. Quanto a isto, os portugueses mantiveram-se firmes, explicando serem as bandeiras nacionais, com as armas de Portugal. Os japoneses aceitaram esta explicação, perguntando de seguida se haviam ensinado aspectos da religião cristã aos doze tripulantes, o que foi respondido negativamente. As perguntas e respostas foram escritas cuidadosamente e assinadas pelos japoneses presentes⁴⁰. Desde o primeiro dia a embarcação portuguesa encontrava-se rodeada de embarcações japonesas, que a vigiavam constantemente.

Os japoneses deram autorização para regressarem a Macau, dizendo que lhes forneceriam o necessário para a viagem, deixando bem claro o desejo de não quererem gente lusa no arquipélago, continuando assim em vigor a proibição decretada havia décadas décadas. O Japão não desejava nem a sombra do Cristianismo nas suas terras. As autoridades ainda mandaram dizer que o imperador seria avisado das razões que tinham levado os portugueses a quebrarem a proibição. Apesar da atitude firme e aparentemente agressiva, Manuel de Aguiar Pereira, no seu relatório final, informou que tinham sido bem tratados.

No dia 7, pediram que todos os “cafres” a bordo se mostrassem, pedido que foi entendido pelos portugueses como estando a suscitar curiosidade homens de pele muito escura. Juan Arnedo, na sua missiva, conta um episódio burlesco, mas significativo



A ilha de Kyushu em meados do século XVII. Mapa incluído em Benjamim Videira Pires, *A Embaixada Mártir*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988.

da desconfiança com que era vista a embarcação portuguesa. A vigilância era tão apertada que, quando um dos patos que tinham a bordo caiu ao mar, se verificou uma enorme reacção por parte dos que vigiavam, que tentaram, de imediato, apanhar a ave. Foi pedido aos portugueses que, quando quisessem atirar coisas ao mar, apenas o fizessem na presença dos japoneses, quando estes estivessem a bordo. Segundo o intérprete que no primeiro dia os contactou, havia o receio que lançassem às águas objectos religiosos e que fossem dar a terra. Aliás, este homem nunca esteve sozinho a bordo, sendo sempre o último a subir e o primeiro a descer, atitude que reforçava a suspeição lusa que teria sido cristão, não gozando da confiança total por parte das autoridades.

A 30 de Agosto partiram finalmente, depois de uma conversa com os japoneses, em que estes, uma vez mais, reforçaram a proibição da entrada dos portugueses no Japão, mesmo que integrados em grupos de asiáticos ou outros, porque a penalização seria aplicada de forma severa. A perguntas como o que fariam se outra vez fossem dar às costas de Macau embarcações japonesas desviadas por tempestades, a resposta foi que não sabiam. Assuntos desta índole ultrapassavam o governador local, sendo o melhor a fazer evitar qualquer contacto futuro.

A fragata *S. Paulo* foi acompanhada por mais de trinta embarcações locais ricamente engalanadas, à semelhança do que faziam muitos anos antes quando se despediam das naus portuguesas.

A viagem durou vinte e quatro dias, chegando o navio a Macau no dia 23 de Setembro. Na cidade, Manuel Pereira de Aguiar fez ao governo da cidade um relatório, datado de 3 de Outubro, onde referiu

de forma sucinta o que o Juan Arnedo escreveu⁴¹. No entanto, aborda um ou outro aspecto novo, como por exemplo, quando lhe perguntaram porque tinham ido até ao Japão, sabendo como foram tratados os portugueses em 1639. Os japoneses quiseram saber se o recado não tinha sido dado pelos treze sobreviventes dessa tragédia. A isto, Manuel de Aguiar Pereira teria respondido não haver em Macau nenhum documento que falasse sobre o assunto, evidenciando assim uma certa ignorância, bastante conveniente dado o melindre da situação. A resposta provocou uma certa irritação por parte dos interlocutores, que tinham uma boa noção do que representava Macau para os portugueses. A resposta dada por Aguiar era que a “cabeça” de Portugal no Oriente não era Macau mas sim Goa, e era para lá que todos os documentos oficiais eram encaminhados, não havendo grande memória na cidade dos dramáticos acontecimentos. Os pedidos para que revelassem o nome do governador, dos seus mandatários e dos jurubças foram, de imediato, negados. Os portugueses tiveram de explicar que era vulgar, entre os portugueses

porem o nome das pessoas com quem tinham falado nos relatórios a apresentar ao governo da cidade. Acabaram por aceder e, de facto, aparecem no relatório nomes japoneses.

Aguiar informou que, enquanto lá estiveram, tiveram a oportunidade de ver cerca de cinquenta somas de chineses, assim como quatro naus holandesas, e tiveram a informação que chegariam mais vinte por volta do dia 5 de Agosto. A ser verdade a informação, os holandeses e os chineses detinham um grande potencial de negócios naquela cidade, sendo perfeitamente dispensável a presença portuguesa. Esta tinha perdido definitivamente aquele foco de comércio e, conseqüentemente, de lucro, em 1640, devido à persistência e ao ideal português de aliar o comércio com a evangelização. Nas primeiras décadas do século XVII não houvera a sensibilidade para sentir o perigo que corriam os mercadores portugueses com a insistência da introdução de padres no Japão. As conseqüências, associadas a outras circunstâncias, foram desastrosas para Macau. **RC**

NOTAS

- 1 Biblioteca da Ajuda [BA], Cod. 49-V-13, Fls. 561 a 571v.
- 2 Juan António Arnedo, *Relacion de las diligencias, que se han hecho para entrar los Portugueses en Japon, desde el año 1680 asta el prezente 1685, en qual fue un barco Portugues desta Ciudad de Macao a Japon*, B. N., cód. 8012; *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929; Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, p. 143; A. Silva Rego, *Macau entre Duas Crises*, p. 325.
- 3 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, p. 143.
- 4 Juan António Arnedo, *Relacion de las diligencias...*, fl. 383.
- 5 Os holandeses sempre demonstraram interesse na conquista de Macau traduzido em 1604, 1607, 1622 e 1627 por tentativas de ataque falhadas. A este respeito diz António Carmo, *A Igreja Católica na China e em Macau*, p. 603: “O ataque de 1622, a 24 de Junho, dia de S. João Baptista [...], ficou célebre pela esmagadora vitória sobre uma armada de 14 navios e 800 homens, forças muito superiores às nossas. A desesperada valentia dos moradores, sob o comando de Lopo Sarmento de Carvalho e a perícia (e sorte) do Padre milanês Rho S. J., ao atingir um barril de pólvora holandês com um único tiro de canhão disparado da fortaleza do Monte, [...]. Ficou assim o jesuíta, que era um distinto astrónomo, co-autor de vários trabalhos com Adam Schall, em Pequim, mais conhecido pela sua habilidade de atirador do que pela sua probidade de investigador.” Sobre o ataque holandês de 1622, Bento da França, diz que foi um ataque absolutamente desigual, pois para fazer frente aos holandeses combateram apenas 300 habitantes de Macau, em que apenas cem eram europeus. Bento da França, *Subsídios para a História de Macau*, p. 63.
- 6 “Assento, e memoria de hum Barco q. veyo de Japão, desgarrado, pr. força dos temporaes; a estas Ilhas da China: em Março de 1685” *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 177.
- 7 Os pilotos de Macau consideraram a situação como *milagre*, Juan Arnedo, *Relacion de las diligencias...*, fl. 384.
- 8 Morador de Macau, foi vereador e oficial do Senado. O seu nome aparece muitas vezes referido nos documentos do Leal Senado.
- 9 Morador em Macau, Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi escrivão e oficial do Leal Senado. Como o anterior, o seu nome aparece referido na documentação do Leal Senado. Este homem foi em 1687 proposto pelo vice-rei da Índia para capitão-mor das viagens de Timor e Solor, deixando estas de ser efectuadas sob a responsabilidade do Senado. Invocava o vice-rei, para esta medida, as contínuas queixas de que as referidas viagens apenas serviam os interesses dos mais abastados de Macau, deixando de lado aqueles com menos recursos.
- 10 *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 178.
- 11 Aparece várias vezes referido na documentação do Leal Senado como homem-bom.
- 12 *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 179.
- 13 *Ibidem*, p. 182.
- 14 Este homem aparece várias vezes referido na documentação do Leal Senado. Era um cidadão nascido em Macau, que acompanhou Bento Pereira de Faria na sua missão diplomática a Pequim, tendo

SOCIEDADE MACAENSE

- 15 sido indicado para lhe suceder em caso de morte. Em 1685, já era homem viúvo, idoso e com problemas de saúde, como consta no termo celebrado em 4 de Abril da reunião acima referida.
- 16 *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 181.
- 17 Foi capitão-geral de Macau entre 1698-1700, embaixador ao rei do Sião, fidalgo, cavaleiro do Hábito de Cristo, dono de navios e cunhado de D. Catarina de Noronha, viúva de Francisco Vieira de Figueiredo.
- 18 Nos documentos dos *Arquivos de Macau* não foi encontrada qualquer alusão a este pequeno episódio.
- 19 As autoridades chinesas exigiam, agora, que lhes fosse solicitada uma autorização para os barcos portugueses navegarem. Era uma forma de controlar as mercadorias que entravam e saíam de Macau e, conseqüentemente, as taxas que os portugueses teriam de pagar aos chineses.
- 20 Termo que aparece nos documentos para designar os interesses da cidade.
- 21 AHM, Arquivos de Macau, Mic. 014, LR 307, “Assento, e memoria de hum Barco q. veyo de Japão, desgarrado, pr. força daos temporaes; a estas Ilhas da China: em Março de 1685”.
- 22 *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 193.
- 23 Aparentemente de ambos. Sebastião de Vargas Lima foi vereador e homem-bom da cidade. O seu nome aparece muitas vezes referido como tendo participado em Juntas de Homens-Bons convocadas pelo Senado.
- 24 À semelhança do anterior, também participou activamente nas Juntas, era dono de barcos também e foi ao Sião devolver dois navios do rei desse país, que tinham vindo até Macau, aparecendo o seu nome ligado à viagem até Timor.
- 25 *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 195.
- 26 *Ibidem*, p. 203.
- 27 *Ibidem*, p. 198.
- 28 *Ibidem*, p. 199.
- 29 *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 212.
- 30 *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 219.
- 31 A conversa está referida como tendo tido um intérprete que falava português. Segundo Arnedo, os japoneses nunca esqueceram a língua portuguesa, chegando-a a transmitir aos mais novos, porque lhes era útil no comércio com os holandeses. Em vez de aprenderem holandês, preferiam conservar o português por o considerarem mais fácil.
- 32 Os japoneses exigiam aos estrangeiros que participassem numa cerimónia de nome *fumié*, que consistia em pisarem crucifixos. Enquanto que para os portugueses era impensável por motivos óbvios, os holandeses não se importavam. A. da Siva Rego, *Macau e a Semana do Ultramar Português*, p. 55.
- 33 Juan Arnedo, *Relacion de las diligencias...*, fl. 388.
- 34 Para esta atitude, a explicação mais provável era a necessidade de terem de apresentar relatórios às autoridades.
- 35 “Breve, e sucinto Relatório q. dou ao Governo da Nobre Cidade; da viagem q. fiz a Japão a levar os doze Japões, q. os temporaes os trouxeram a esta Cidade, na sua Embarcação; p^a os entregar ao Governador de Nangasaque; com carta para o mesmo”. *Arquivos de Macau*, vol. 1, n.º 4, Setembro de 1929, p. 219.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Juan António Arnedo, *Relacion de las diligencias, que se han hecho para entrar los Portugueses en Japon, desde el año 1680 asta el presente 1685, en qual fue un barco Portugues desta Ciudad de Macao a Japon*, B. N., cód. 8012.

Impressos

Arquivos de Macau, vol. 1, n.º 4, Setembro 1929, pp. 219-234.

Carmo, António, *A Igreja Católica na China e em Macau no Contexto do Sudeste Asiático. Que Futuro?* Macau, Fundação de Macau/Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, 1997.

Clements, Jonathan, *Coxinga and the fall the Ming Dynasty*. Sutton Publishing, Stroud, 2004.

Coutinho, Valdemar. *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*. Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999.

França, Bento da, *Subsídios para a História de Macau*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

Silva, Beatriz Basto da, *Cronologia da História de Macau*, vol. 1, Séculos XVI-XVII, Macau, Direcção dos Serviços de Educação, Macau, 1992.

Monteiro, Anabela Nunes, *Macau no Tempo de Bento Pereira de Faria - 2.ª Metade do Século XVII*, dissertação de Mestrado, texto policopiado, Universidade Ásia-Macau, 1998.

Pires, Benjamim Videira, S. J., *A Embaixada Mártir*, Instituto Cultural de Macau, 1988.

Rego, A. Silva, *Macau entre Duas Crises, (1640-1688)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, separata dos “Anais”, IIª Série, vol. 24, tomo II, 1977.

Rego, A. Silva, *Macau e a Semana do Ultramar Português*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1951.